

DA HIBERNAÇÃO CONVENIENTE AO DESESPERO CIRCUNSTANCIAL: DISCURSO DE ÓDIO, COMUNICAÇÃO POLÍTICO PARTIDÁRIA E AS ELEIÇÕES GERAIS DE 2015 DA NIGÉRIA

Mike Omilusi¹

Introdução

Os partidos estão competindo entre si pelas melhores maneiras de resolver problemas políticos. Eles estão em competição por influência e poder. Partidos não só se esforçam para participar da formação da opinião política. Eles também aspiram a participar da representação das pessoas no parlamento. Isso pressupõe que os partidos participem das eleições. Além dos candidatos, o programa político é a “mercadoria” de um partido, que o oferece aos eleitores (Hofmeister e Grabow 2011, 9). Assim, os partidos políticos alcançam os eleitores através de estratégias de comunicação organizadas, particularmente durante as eleições, mesmo que as campanhas eleitorais possam ser muito diferentes em diferentes países e entre as eleições.

Conforme observado por Kavanagh (2000, 29), muitos fatores influenciam a natureza da campanha, incluindo o tipo de cargo; o quadro legislativo para campanhas eleitorais (como leis eleitorais), hábitos culturais e divulgação de mídia; os sistemas eleitorais e de partido, etc. As estratégias de campanha são, por um lado, influenciadas pelo contexto político em que ocorrem e, por outro lado, afetadas pelos partidos políticos que conduzem a campanha eleitoral. No entanto, olhando para uma campanha política como um discurso, ela vai além do mero uso de palavras para ganhar votos. Em sua tentativa de persuadir, os escritores de campanhas políticas se concentram em enunciados de políticas que abordam ações passadas,

¹ Departamento de Ciência Política, Ekiti State University, Ado Ekiti, Nigéria. E-mail: watermike2003@yahoo.co.uk

planos futuros ou objetivos gerais, bem como comentários sobre caráter, que abordam qualidades de personalidade, capacidade de liderança ou ideais (Ademilokun e Taiwo 2013, 437).

Os analistas políticos são da opinião de que o discurso de ódio continua sendo uma das características das campanhas políticas, não só na Nigéria, mas também em outras partes do mundo, particularmente na África. A história política da Nigéria, particularmente desde as primeiras eleições realizadas no país sob a Constituição de Clifford de 1922, tem experimentado poços de crise que podem ser atribuídos ao discurso de ódio, entre outros comportamentos antissociais. Por exemplo, antes das eleições gerais de 2015 em Nigéria, como observado por Aghadiogwu e Ogbonna (2015, 2), muitos observadores políticos, observadores locais e internacionais e, claro, todos os cidadãos estavam preocupados com a onda de discursos de ódio que caracterizavam as mensagens de campanha política e os anúncios dos dois principais partidos políticos. Como resultado disso, havia um medo palpável de que o Estado da Nigéria estivesse à beira de um precipício.

Isso pode ter exigido o “Acordo de Abuja”, em janeiro de 2015, quando todos os quatorze candidatos presidenciais assinaram um acordo, comprometendo-se a realizar campanhas baseadas em questões concretas, aceitando pacificamente os resultados eleitorais, abstendo-se de usar linguagem inflamatória e denunciando atos de violência ou incitamento à violência durante as campanhas eleitorais. Em 26 de março, os dois principais candidatos presidenciais – o presidente Jonathan e o general Buhari – renovaram seus compromissos com o Acordo de Abuja, assinando uma promessa conjunta de eleições pacíficas e convidando todos os cidadãos nigerianos e partidários a se absterem da violência (NDI 2015). No entanto, apesar do acordo, as campanhas políticas foram caracterizadas com discursos de ódio, silenciamento e violência em muitas partes do país (Hassan 2014). O clima político nas eleições foi tenso e acrimonioso, já que o Partido Popular Democrata (PDP, sigla em inglês) e o opositor partido Congresso Progressista Geral (APC, sigla em inglês), apoiados por pesquisas de opinião concorrentes, previram a vitória. O rumor nigeriano e o moinho de conspiração estavam em pleno andamento, alimentados por mídias sociais e por meios de comunicação muitas vezes politizados (Cooke 2015).

Se analisarmos a pesquisa sobre campanhas em geral, um grande desequilíbrio tem a ver com a ênfase nos candidatos e não nos partidos. O estudo de campanha típico, independentemente de ser lançado em termos principalmente descritivos ou teóricos, vê o candidato individual como o principal veículo por trás de qualquer campanha eleitoral (Wemaere 1973; Ferejohn e Noll 1978 citado em Karvonen 1991). De fato, em muitos países,

tanto em democracias estabelecidas quanto nas mais novas, o foco - durante as campanhas eleitorais - sempre esteve nos candidatos e não nos partidos políticos. No entanto, Karvonen (1991) argumenta que “na medida em que existem estudos sistemáticos de campanhas eleitorais do ponto de vista dos partidos políticos, a campanha como tal frequentemente recebe atenção secundária por parte do pesquisador”.

Algumas questões pertinentes foram levantadas em relação aos partidos africanos: o que os partidos políticos fazem entre as eleições? São os partidos políticos africanos fantasmas que despertam para assediar a boa vontade e os recursos políticos dos eleitores apenas durante o ano eleitoral (se não o mês) ou durante as campanhas eleitorais? Ou eles estão mantendo a vigilância e desempenhando seu papel na governança democrática como o vínculo entre cidadãos, parlamento e governo? (IDEA 2007, 79). Em vez de proporcionar oportunidade para a deliberação pública, as campanhas eleitorais africanas são principalmente momentos para os políticos se envolverem em mobilização e manipulação de regras eleitorais. Muitas vezes, as estratégias de campanha apresentam incentivo material e intimidação política (Bratton 2008, 1).

Como questão de percepção, na Nigéria, quando os partidos políticos, inevitavelmente, optam por se comunicar durante as eleições, as promessas eleitorais sempre permaneceram iguais em conteúdo e contexto desde a independência. Por exemplo, as promessas retóricas de educação, emprego, serviços de saúde, habitação, eletricidade, água potável, trilhos, estradas e outros meios de transporte são indicadores do estado do desenvolvimento do país no século XXI. As eleições gerais de 2015, portanto, oferecem um contexto único para interrogar o lugar da comunicação política do partido em uma democracia emergente e, especificamente, como as campanhas de ódio entre os gladiadores políticos/partidos contendentes poderiam gerar violência e, se não domesticadas, descarrilar a consolidação democrática.

Este artigo está estruturado da seguinte forma: após esta introdução, são apresentados os antecedentes teóricos do discurso de ódio e da comunicação político partidária. A terceira seção aborda um breve reflexo da campanha política e da política de ódio na Nigéria no contexto de dispensas políticas passadas. A seção quatro examina as eleições gerais de 2015 e os discursos de ódio gerados. As medidas preventivas políticas e jurídicas para conter esta tendência nas futuras eleições são discutidas na seção cinco. A última seção conclui o artigo.

Teorizando a Comunicação Político partidária e o Discurso de Ódio

Comunicação Político Partidária

Os partidos políticos, apesar de suas falhas, continuam sendo os principais veículos institucionais para representação política, agregação e articulação de interesses e como mecanismo constitutivo para a formação e organização do governo, além de canais para manter a supervisão e exigir responsabilidade dos governos (Shale 2010). A comunicação das intenções políticas e a busca do consentimento público sempre foi parte dos principais requisitos para a liderança política na democracia. Desde os primórdios da democracia partidária moderna, as condições e a manifestação da comunicação, no entanto, mudaram consideravelmente (Hofmeister e Grabow 2011, 41). Em outras palavras, nas democracias de massa modernas, são os partidos políticos que conectam o governo e os governados um com o outro: “Os cidadãos nas democracias modernas são representados através e por partidos” (Sartori 1976, 24), o que significa que a comunicação ocorre através de políticas do partido.

Embora enfatizando a lógica de uma estratégia de comunicação, o Centro para a Democracia Multipartidária – Quênia (2012, 1) postula que a importância da comunicação como ferramenta de gerenciamento não pode ser adiada. De fato, o sucesso de qualquer partido político pode ser altamente aprimorado através de uma clara estrutura de comunicação bem conhecida e compreendida. Por si só, brilhantes políticas e visões não podem garantir o sucesso de um partido. Eles devem ser apoiados por uma comunicação orientada, estruturada e direcionada. Em essência, a comunicação entre líderes e liderados nunca acontece; deve ser deliberadamente organizado, desenvolvido e construído. Os eleitores precisam ser informados sobre programas políticos, questões políticas e alternativas políticas apresentadas pelos candidatos e partidos políticos (Muturi 2012, 1). Todas as formas de campanha política procuram persuadir os públicos-alvo através da gestão da mensagem comunicada a eles através da mídia (Stockwell 2004).

Os partidos políticos investiram fortemente na campanha eleitoral, aproveitando plenamente as novas tecnologias, adaptando suas organizações e empregando agências e consultores especializados. Como resultado, o partido de hoje e a forma como opera no contexto da eleição eleitoral é uma criatura significativamente diferente da de há vinte anos (Farrell e Webb 1998, 21). Os ambientes de comunicação dos Partidos são, no entanto, determinados por uma série de fatores: a estrutura dos meios de comunicação de massa, incluindo a composição do mercado de jornais e os leitores; a gama de canais audiovisuais do setor privado e do serviço público; o tamanho da audiência alcançada por jornais, televisão e rádio; e a difusão de novas tecnologias de informação e comunicação, como a Internet e até mesmo os telefones móveis. O contexto também é determinado

pelas políticas de comunicação - que estabelecem a regulamentação legal das comunicações políticas, especialmente nas campanhas eleitorais - exemplificadas pelas regras relativas à arrecadação de fundos e às despesas dos partidos, propaganda de campanha, transmissões políticas e liberdade de mídia (Norris 2005, 4).

Partidos políticos e líderes estão se movendo em direção às novas ferramentas de comunicação de mídia para difundir suas políticas, se comunicar com as pessoas. Essas novas formas de tecnologia estão sendo ativamente adotadas pelos partidos políticos para ganhar mais apoio. As novas tecnologias de mídia deram uma nova dimensão à campanha política. Muitos partidos políticos criaram seus próprios sites, blogs e contas do Facebook/Twitter. Eles estão regularmente assistindo e lendo seus novos conteúdos de mídia (Arulchelvan 2014, 125). As tecnologias modernas de informação e comunicação são agora um elemento central das campanhas políticas modernas. A implementação efetiva deste tipo de ferramentas está em discussão. Políticos em vários estados iniciaram sites e blogs com vários graus de sucesso. O software social tem sido usado para beneficiar os políticos. A comunicação de informações geralmente está em forma paga e geralmente persuasiva em termos de produtos, serviços ou ideias por patrocinadores identificados através dos vários meios de comunicação (ibid 127).

As campanhas do partido são realizadas através de uma infinidade de canais em todos os níveis sociais. A televisão nacional, os jornais regionais e os outdoors são usados lado a lado; líderes de partidos nacionais, consultores de mídia profissional e ativistas de partidos locais desempenham papéis significativos. Apenas contar “toda a história de uma campanha” em termos puramente descritivos requer tanto tempo e esforço que as comparações ao longo do tempo ou em todos os sistemas normalmente não são tentadas. Na verdade, talvez a conta abrangente mais típica seja a jornalística (por exemplo, Tyler 1987, citada em Karvonen 1991), escrita logo após uma eleição para atender a demanda atual no mercado. Mas, mesmo quando escrito por estudiosos, as análises detalhadas das campanhas eleitorais são frequentemente apresentadas sob a forma de contas descritivas, em vez de estudos de caso em termos comparativos ou teóricos (Knox 1990).

No entanto, enfatiza-se que um programa de comunicação eficaz começa em “casa”, isto é, dentro do próprio partido. É uma verdade infeliz que muitas vezes os partidos políticos têm comunicações internas precárias. Às vezes, um partido nem tem uma lista atualizada de líderes e membros com seus endereços, números de telefone e outras informações básicas. Se uma parte não pode se comunicar efetivamente entre seus próprios líderes e membros, é improvável que um partido possa realizar seu potencial na

arena pública. Ambos requerem planejamento, coordenação e capacidade semelhantes para fornecer informações precisas, persuasivas e oportunas (NDI 2001, 19). Geralmente, os ativistas podem chegar ao público, seja através da mídia ou através de sua própria organização. Em ambos os casos, existe um canal direto e indireto. Com respeito aos seus próprios canais organizacionais (ou aos canais de seus aliados, que também podem estar abertos a eles), os atores políticos provavelmente dependerão cada vez mais de comunicações diretas com os membros de seus círculos eleitorais.

Campanha de Discurso de Ódio

O discurso de ódio é muitas vezes difícil de identificar e processar por uma série de razões. Por um lado, a liberdade de expressão é um direito altamente valorizado em muitos países e muitas vezes é protegida por lei. A linha que separa um direito inalienável de um crime pode, portanto, ser pouco clara. Diferentes países também têm diferentes critérios para o que constitui discurso de ódio e para o que é legal (The United States Holocaust Memorial Museum 2009, 7). Examinando as inter-relações entre atores políticos, instituições de mídia e novas práticas de comunicação participativa, podemos começar a examinar como a fala extrema é (a) em parte um produto de competição acelerada para a atenção pública e, como tal, é moldada por identificáveis práticas e rituais de comunicação; (b) que o “discurso de ódio” tem um valor econômico em um ambiente de mídia formado pela competição intensa por cliques, hits e “interação”; e que (c) o concurso público sobre o que pode e não pode ser dito, um concurso frequentemente organizado em torno de instâncias de discursos extremos, tornou-se uma tática central do posicionamento político nas sociedades contemporâneas (Tulkens 2013, 9).

Geralmente, o discurso de ódio refere-se a palavras de incitamento e ódio contra indivíduos com base em sua identificação com um determinado grupo social ou demográfico. Pode incluir, mas não se limita a, um discurso que defenda, ameace ou encoraje os atos violentos contra um grupo específico, ou expressões que promovam um clima de preconceito e intolerância, que pode levar a ataques direcionados ou perseguições a esse grupo através de “outros processos” (Gagliardone, Patel e Pohjonen 2014, 9). Em geral, as definições de discurso de ódio fazem referência a vários dos seguintes componentes: o conteúdo da fala; o tom (escrito ou oral) do discurso, uma avaliação da natureza desse discurso; os alvos (individuais e coletivos) desse discurso; e as possíveis consequências ou implicações do ato de fala (Titley 2014, 9). Cohen-Amalgor (2011), por exemplo, oferece uma extensa definição nos seguintes termos:

O discurso de ódio é definido como um discurso malicioso, hostil e motivado para uma pessoa ou um grupo de pessoas por causa de algumas de suas características reais ou percebidas. Exprime atitudes discriminatórias, intimidantes, desaprovadoras, antagônicas e/ou prejudiciais em relação a essas características, que incluem gênero, raça, religião, etnia, cor, origem nacional, deficiência ou orientação sexual. O discurso de ódio destina-se a ferir, desumanizar, perseguir, intimidar, degradar, degradar e vitimizar os grupos visados e fomentar a insensibilidade e a brutalidade contra eles.

O discurso de ódio é particularmente pernicioso e eficaz devido à forma como ele se constrói em grupos e fora de grupos. Neste contexto, os de “dentro dos grupos” referem-se aos perpetradores do discurso de ódio e à comunidade em geral que compartilham seus pontos de vista e/ou também participam de discurso de ódio; os grupos “fora dos grupos” referem-se a grupos que são vítimas do discurso de ódio. Os “dentro dos grupos” são capazes de politizar diferenças sociais específicas (por exemplo, raça, etnia, religião, orientação sexual, gênero) caracterizando os “fora dos grupos” em termos negativos e desumanizados (Tittley 2014, 9). J.-L. Nancy (2013, 5) argumenta que o ódio pode ir tão longe quanto procurar destruir o outro por meio de atos de eliminação. O ódio é intrinsecamente voltado para a ação. É mais comprometido com um resultado. Então, de acordo com Nancy, o ódio tem uma natureza ativa e “executiva”. Um enunciado de ódio é em si mesmo um ato; o pensamento que expressa é em si mesmo um ato de negação.

A Transição Política e a Política do Ódio na Nigéria: uma reflexão

A história das experiências democráticas da Nigéria demonstra que as eleições e as políticas eleitorais geraram tanta animosidade que, em alguns casos, ameaçaram a existência corporativa do país (como ocorreu após a anulação das eleições presidenciais de 12 de junho de 1993) e, em outros casos, instigaram a incursão militar na governança política, principalmente em 1966 e 1983. Ao avaliar o processo eleitoral nigeriano, Richard Joseph (1987, 157) descreve a política partidária no país como uma luta implacável para obter benefícios individuais e grupais através da apropriação temporária de cargos públicos, reduzindo o processo eleitoral para um estado de guerra hobbesiano.

Embora a Nigéria tenha conseguido transitar de uma administração para outra, quase nenhuma eleição conduzida no país foi completamente

liberada de acusações de irregularidades, malversações eleitorais e vários graus de interrupções (Jega 2010, 3). Conforme enfatizado no relatório do Comitê de Reforma Eleitoral (2008, 148), cinco causas fundamentais podem ser identificadas como responsáveis. Entre estas estão o contexto histórico da criação do estado na Nigéria; o desequilíbrio estrutural da federação nigeriana; a natureza e o caráter do Estado nigeriano e suas elites governantes; competição interétnica; e o papel das forças armadas e a militarização da política.

Alguns estudiosos atribuem o colapso da primeira república à inadequação das instituições e processos políticos e a não serem adequadamente arraigados sob o domínio colonial, enquanto outros responsabilizam a elite. Faltando uma cultura política para sustentar a democracia, os políticos não conseguiram jogar o jogo político de acordo com as regras estabelecidas (veja <http://countrystudies.us/nigeria/68.htm>). O gerenciamento e o resultado das eleições federais de 1964 e as eleições regionais ocidentais de 1965 colocaram o país à beira da desintegração e derramamento de sangue com a manifestação de todas as forças centrífugas inerentes ao corpo político. Oyeleye Oyediran (citado em Okereke 2012) descreveu isso como a “sinalização do desastre” para o novo país.

Durante as eleições de 1983, partidos e políticos confluíram com autoridades eleitorais para subverter o mandato popular. Os líderes políticos aplicaram no máximo o poder da incumbência para garantir que eles mantivessem o poder em estados onde eles dominavam (Okereke 2012). O desaparecimento da Segunda República foi acelerado pela tensão gerada pelas eleições gerais, que eram semelhantes às de 1964-65. Em vários lugares, a violência entrou em erupção, e todas as eleições foram contestadas em tribunal. Uma série de veredictos eleitorais foram rescindidos tendo em vista a evidência de que os resultados foram falsificados (ver <http://countrystudies.us/nigeria/68.htm>). Em poucas palavras, os dados empíricos na Primeira, na Segunda e na abortada Terceira República sugerem que a atitude dos membros da classe política deixou muito a desejar na maneira como eles se conduziam politicamente (Udogu 1995, 216). Na sua análise da política nacional com o jogo da soma zero, Omoh (2013) observa que:

Os políticos nigerianos são mortais. Eles empregam todos os meios disponíveis para se apegar ao poder, não para o serviço, mas enriquecerem-se e garantirem o futuro dos seus bebês por nascer. É apenas na Nigéria que a política é um grande negócio. Quanto mais você semeia em recursos ou em violência para diminuir seu oponente, maior o benefício... Eles atuam como trem em movimento, cujo caminho nenhum humano deve atravessar quando se aproxima. Eles tornaram as instituições de Estado inviáveis.

A democracia nigeriana enfrentou uma série de desafios com o retorno ao governo civil em 1999, entre os quais a imposição de candidatos, o apadrinhamento, a política monetária, a injustiça, a falta de manifesto e ideologia, a indisciplina do partido e assim por diante. A ausência de democracia interna entre os partidos políticos nigerianos constitui uma grande ameaça à consolidação democrática no país. A maioria das plataformas para debates e outras comunicações políticas são transformadas em plataformas para ameaças verbais, insultos, intimidação, coerção, chantagem e discurso de ódio. As campanhas políticas na Nigéria, orais ou escritas, caracterizam-se tipicamente por esses comportamentos discursivos desinibidos (Ademilokun e Taiwo 2013, 438).

As atividades eleitorais vêm com diferentes expectativas dos políticos, do eleitorado e do governo, entre outras partes interessadas (Olurode 2014, 72). Ao longo dos anos, os políticos tornaram-se mais desesperados e ousados em tomar e manter o poder político; mais imprudentes e gananciosas em seu uso e abuso de poder; e mais intolerantes à oposição, a críticas e a esforços para substituí-los (Comitê de Reforma Eleitoral 2008, 19). As eleições gerais sempre foram acompanhadas de violência (International Crisis Group, 2014). A lógica da política partidária da Nigéria é que os empresários, os políticos poderosos e os ricos procuram excluir candidatos populares de seus partidos para que eles possam obter uma indenização imerecida para uma eleição que seria ganha com base em fraudes (Ibrahim e Aturu 2009, 35).

Frau (2008) argumenta que, para que sejam realizadas eleições livres, justas e equitativas, devem ser implementados certos elementos aceitáveis, que incluem: um quadro eleitoral equitativo e justo; uma administração eleitoral profissional neutra e transparente; um código de comportamento ético geralmente aceito na liberdade política e de imprensa; responsabilidade de todos os participantes; mecanismo de salvaguarda da integridade e a aplicação das leis eleitorais e outras leis relevantes. Mas, como se pode deduzir do exposto, esses atributos são estranhos às políticas eleitorais na Nigéria, pois os “praticantes da perversão da vontade popular através de escolhas eleitorais competitivas demonstraram habilidades consideráveis para manobrar ou evitar a lei e criar novas formas de fraude eleitoral” (Ibrahim e Aturu 2009, 43).

Conceituando Campanhas de Discurso de Ódio no Contexto das Eleições Gerais de 2015

Durante o processo eleitoral, os partidos e as organizações de

campanha empregam diferentes estratégias para conquistar os eleitores e desacreditar seus oponentes, incluindo propagandas de ataques, como testemunhado nas eleições gerais de 2015. De acordo com Ogwezzy-Idisika (citado em Premium Times, 8 de maio de 2015), as campanhas presidenciais de 2015 eram muito sobre discursos de ódio e desprovidas de agenda concreta além das promessas relacionadas à água, estradas, educação gratuita e segurança. Impaciente pelo desenvolvimento das eleições de 2015 na Nigéria, Fatou Bensouda, promotora do Tribunal Penal Internacional, pela segunda vez, lembrou aos políticos nigerianos que eles arriscavam ser levados para Haia, na Holanda, para julgamento se eles continuassem com o nível de violência já testemunhado no país (ver RealNews, 30 de março de 2015).

Por exemplo, a campanha do PDP foi caracterizada por campanhas de ódio contra o Sr. Buhari, com pouca ênfase nas conquistas do Sr. Jonathan. Como será explicado na próxima seção, alguns dos ataques mais horríveis contra o Sr. Buhari “vieram da esposa do presidente, Patience Jonathan, do governador do estado de Ekiti, Ayo Fayose, e do porta-voz da equipe de campanha do Sr. Jonathan, Femi Fani -Kayode” (Premium Times, 4 de maio de 2015). De fato, como atestou a porta-voz do partido, Olisa Metuh, após as eleições, a sede do partido foi marginalizada durante as campanhas e que pessoas foram autorizadas a dirigir uma campanha de ódio contra o Sr. Buhari, tornando, assim, o ex-governante militar mais popular (ThisDay, 5 de maio de 2015). Kukah (2015) captura as campanhas pré-eleitorais de forma mais sucinta:

As eleições gerais de 2015 foram transformadas em um teatro de discursos de ódio e as campanhas pintadas de uma forma que desafia a lógica e o senso comum. Vários discursos de ódio politicamente motivados sobre vários candidatos e, especialmente, sobre os dois principais candidatos presidenciais foram divulgados. Tenho certeza de que, se os especialistas coletarem análises dos conteúdos das mídias sociais deste ano, a Nigéria será o primeiro lugar [em índices de desenvolvimento], porque, sem dúvida, mais de 40 milhões de jovens nigerianos que se formaram e não têm meios de subsistência encontraram consolo nas várias plataformas de redes sociais [...].

Os relatórios da análise WANEP-Nigéria entre julho e dezembro de 2014 mostraram níveis crescentes de ataques diretos por parte dos partidos em estruturas existentes da oposição sob a forma de destruição de propriedades partidárias, desfigurações de painéis e estruturas de campanha, destruição de veículos, explosões de bombas em manifestações e queima de secretarias de partidos, entre outros (TheDay, 12 de fevereiro de 2015). Além de ataques físicos, discursos de ódio e propagandas negativas

se tornaram dominantes nas ações de políticos e partidos políticos ao longo da eleição. Alguns dos casos pendentes são discutidos aqui.

Partidos Políticos (PDP vs. APC)

Obviamente, antes das eleições gerais, houve uma tensão palpável no país. A mídia estava inundada de campanhas pelos diferentes partidos políticos, especialmente o partido no poder - PDP - e o principal partido de oposição - APC. Algumas das campanhas foram vistas como campanha de calúnia (Aghadiogwu e Ogbonna 2015, 3). Houve alegações e contra-alegações de diferentes graus, muitas delas não fundamentadas. Por exemplo, houve acusações dos líderes do Norte e até mesmo do partido de oposição de que o governo federal liderado por Jonathan estava alimentando a insurgência do Boko Haram no Nordeste. Com alusão ao genocídio do Ruanda, o governador do estado da Katsina foi pego se referindo aos opositores como “baratas” e encorajando seus defensores a esmagá-los (Hassan 2014).

O PDP sustentou que a ideologia da APC era a mesma coisa que Janjaweed, bem como o anti-Balaka e Seleka da República Centro-Africana, cujas ideologias são completamente anarquistas (This Day, 10 de março de 2014), e que a APC existia para causar confusão e, em última instância, truncar a democracia da nação: “ao continuamente insultar um presidente democraticamente eleito, em cujos ombros reside um mandato sagrado dado livremente pelo povo nigeriano, a APC está insultando diretamente os nigerianos e mostrando seu desdém pela instituição da democracia. Isso confirma ainda a ideologia Janjaweed da APC contra a nação. Ao criticar constantemente todas as estratégias adotadas pelo presidente na guerra contra o terrorismo, a APC não só confirma sua preferência pela insurgência, mas também expõe seu projeto velado para distrair o governo e frustrar todos os esforços antiterroristas” (Vanguard, 27 de maio de 2014). Janjaweed, como observou Lai Mohammed, tem uma conotação religiosa perturbadora, para não falar sobre o seu lugar na infâmia, considerando o assassinato de co-sudaneses, que apenas discordam do governo existente (The Nation, 14 de março de 2015).

Quando o candidato presidencial da APC considerou conveniente viajar para o Reino Unido na sequência do adiamento das eleições gerais, o PDP, através do porta-voz da organização de campanha, Femi Fani-Kayode, acusou o APC de alçar um homem à beira da morte para o cargo de presidente a fim de manipulá-lo em prol de segundas intenções. Ele disse que os líderes da APC sabiam que seu candidato presidencial, Muhammadu Buhari, tinha “câncer de próstata, asma aguda e que sofria de demência” e que, como tal, não duraria muito tempo no cargo se eleito (Peoples Daily, 9 de março de 2015). No entanto, nenhuma prova foi compartilhada para

apoiar essas reivindicações (Omotola e Nyuykonge 2015, 7).

Muitos comentários incitadores vieram do partido da oposição (APC) também. Por exemplo, o partido já reivindicou ao PDP e ao governo federal que abandonassem seu plano para assassinar o general Muhammadu Buhari, seu candidato presidencial. Lai Mohammed, secretário nacional de publicidade da APC, que fez a alegação em uma entrevista, afirmou que o governo liderado pelo PDP tinha homens de segurança especialmente treinados como atiradores para eliminar aqueles que se opuseram à oferta de reeleição do presidente Goodluck Jonathan. Mohammed disse: “Nunca vi um governo tão aterrorizado com as eleições como esta administração atual... vindo à questão da segurança, eles fizeram uma tentativa de tirar sua vida (Buhari) uma vez antes; pode ser feito novamente. Mas deixe-nos avisar que qualquer atentado a vida de Buhari ou de Bola Tinubu levará a consequências que serão muito caras a esse país. Eles não devem ponderar isso” (RealNews, 30 de março de 2015).

Enquanto a alegação da APC ainda estava a ferver, Ejike Mbaka, um reverendo católico com sede em Enugu, durante um serviço da igreja em 15 de março, alegou que o presidente Goodluck Jonathan e sua esposa planejavam matá-lo por suas críticas ao governo federal e à sua oposição à reeleição do presidente. Antes das eleições de 2015, Mbaka “instruiu sua congregação a votar contra Goodluck Jonathan, porque o presidente em exercício falhou com os nigerianos em todas os assuntos: segurança, alívio da pobreza e luta contra a corrupção” (Ukah 2015). Houve alegações de que Mbaka foi pressionado pela oposição (APC) e pela Igreja Católica Romana para virar as costas a Jonathan. Um mês antes de sua crítica mordaz ao presidente, Mbaka havia previsto que Jonathan seria reeleito (The City Reporters, 5 de janeiro de 2011).

Gladiadores Políticos e Candidatos

Uma série de propagandas publicadas por alguns partidos políticos e políticos foram imprudentes e incitantes, enquanto outras eram escandalosas em todos os aspectos (Falana 2015). Por exemplo, Ayodele Fayose, o governador do estado de Ekiti, que assumiu o cargo de porta-voz do seu partido, embarcou no que muitos observadores políticos descreveram como campanha de calúnia antagônica e bárbara contra o partido da oposição. Fayose comprou as primeiras páginas dos jornais The Punch e The Sun para passar uma sentença de morte em Buhari, porque o homem tinha 72 anos. Seus sarcasmos invectivos e ácidos dirigidos ao candidato presidencial da APC, o general Muhammadu Buhari, podem ter deixado alguns nigerianos consternados, mas, para muitos outros, o governador do estado de Ekiti estava simplesmente utilizando-se do seu tradicional terreno

controverso (Omilusi 2015).

O anúncio que teve as fotos de Murtala Mohammed, Sani Abacha e Umaru Yar'Adua - últimos presidentes nigerianos que morreram no cargo - foi acompanhado de trechos do livro bíblico de Deuteronômio 30, versículo 19. “Os nigerianos são avisados! Nigéria... Eu sentei ante à vida e à morte. Portanto, escolha a vida para que você e a sua descendência possam viver”, disse, sugerindo que Buhari representa a morte, enquanto seu rival, o Presidente Goodluck Jonathan, representa a vida. O anúncio seguiu em frente para colocar uma enorme questão de interrogação sobre a foto do Sr. Buhari, que foi colocada ao lado das fotos dos líderes anteriores. O anúncio perguntou a seus leitores: “Você permitirá que a história se repita? Basta de mortos no Estado”. O presidente da Comissão Nacional de Direitos Humanos, NHRC (sigla em inglês), Chidi Odinkalu, criticou a publicação do desejo da morte. Ele disse que ofendeu a decência pública e violou todas as normas conhecidas de decoro (Vanguard, 22 de janeiro de 2015).

Da mesma forma, o ex-militante e líder da Força de Voluntários dos Povos do Delta do Níger (NDPVF), Mujahid Asari-Dokubo, declarou uma vez que a ambição presidencial do presidente Goodluck Jonathan em 2015 já estava resolvida, já que seus compatriotas do Delta do Níger não sucumbiam a nenhuma força oposta à sua atualização completa. Ele ameaçou: “haverá sangue nas ruas se o Sr. Jonathan não for reeleito presidente nas eleições de 2015” (Premium Times, 9 de setembro de 2013). Muitos ex-líderes militantes na região, compartilhando a posição de Asari-Dokubo, ameaçaram violentamente a indústria petroleira e um grupo de ex-militantes ameaçou cortar o fornecimento de produtos petrolíferos ao norte, se Jonathan não fosse reeleito (ICG 2014, 5). Em outra ocasião, Asari-Dokubo declarou que: “Para cada Golias, Deus criou um David. Para cada faraó, há um Moisés. Vamos à guerra. Cada um de vocês deve ir e fortalecer-se” (Osun Defender, 29 de janeiro de 2015).

Em uma mensagem de parabéns aos nigerianos no final de 2014, o presidente da APC, John Odigie-Oyegun, observou que: “Como partido, asseguramos que felicitaremos o presidente Goodluck Jonathan e seu partido, PDP, se o nosso candidato e nosso partido forem derrotados em eleições livres e justas, e não iremos ao tribunal... no entanto, como partido, desejamos reiterar que não hesitaremos em formar um governo paralelo, se as eleições de 2015 forem manipuladas pelo uso de agências de segurança (policiais ou militares) para assediar, intimidar e persuadir os eleitores ou através do uso de uma Comissão Eleitoral Nacional Independente comprometida (INEC)” (Osun Defender, 29 de janeiro de 2015). Em abril de 2014, Bola Tinubu, outro líder da APC, advertiu: “Estamos preparados, não para ir ao tribunal, mas para expulsá-lo... Para cada ação, haverá uma reação”

(Tell, 7 de julho de 2014 citado no ICG 2014, 7). Em julho, o governador do estado de Akwa Ibom, Godswill Akpabio, ameaçou políticos da oposição (e membros dissidentes de seu partido): “aqueles que querem tomar o poder através da porta dos fundos morrerão. Eles vão morrer! E o PDP continuará” (ThisDay, 25 de julho de 2014).

Doyin Okupe, Assistente Especial Sênior do Presidente Goodluck Jonathan sobre Assuntos Públicos, também descreveu o candidato presidencial do APC como um fisco religioso. Okupe então escreveu em sua página do Twitter que: “Buhari é um fanático religioso e não há nada que ele possa fazer sobre isso. Ele nem é um nacionalista” (NigerianEye, 17 de dezembro de 2014). Da mesma forma, uma declaração de Blackberry Messenger (BBM) de Deji Adeyanju, funcionário do Gabinete do Assistente Especial Sênior do Presidente dos Assuntos Públicos, Doyin Okupe, disse: “Buhari nunca pode ser presidente da Nigéria. Cite-me qualquer dia, a qualquer momento. Em vez de Buhari se tornar presidente da Nigéria, a Nigéria preferiria quebrar. Um golpe militar até será permitido se fosse para Buhari não se tornar o presidente de uma Nigéria democrática, cite-me qualquer dia, a qualquer momento” (Premium Times, 17 de janeiro de 2015). Em uma petição datada de 30 de janeiro de 2015, a APC chamou a atenção da Comissão Nacional de Radiodifusão (NBC, sigla em inglês) para o que descreveu como “inúmeras transmissões documentais maliciosas, falsas, difamatórias e de ódio da Televisão Independente Africana e da Autoridade de Televisão da Nigéria contra a APC e seu possível presidente - General Muhammadu Buhari” (The Sun, 2 de fevereiro de 2015). O PDP patrocinou um documentário nas duas casas de mídia antes da eleição.

Para Patience Jonathan, seus discursos durante a campanha foram descritos como “ultrajantes, insensíveis e inconvenientes de uma mulher de tão exaltada posição” (Ver Daily Times, 18 de março de 2015) senhora Jonathan, cujo marido era o candidato presidencial do PDP pediu aos apoiantes de seu marido que “calassem” qualquer um que cantasse o mantra da mudança da APC. O chamado da Sra. Jonathan foi feito em uma manifestação em Calabar, estado de Cross River, durante uma manifestação política do PDP (Vanguarda, 9 de março). A Primeira Dama incitava as pessoas a serem violentas durante as campanhas. Ela também insultou descaradamente as pessoas do Norte e um ex-Chefe de Estado sem o devido respeito pelo presidente do partido, que é do Norte (Abubakar Tsav, Daily Post, 6 de março de 2015).

Em uma reunião de campanha presidencial do PDP para mulheres no Estado de Kogi, a Sra. Jonathan apelou às mulheres nigerianas para que votassem em massa pelo PDP durante as eleições presidenciais, porque o cérebro do candidato presidencial do APC, General Muhammadu Buhari,

está morto.

“Old man wey no get brain, ele brain don die pata pata”, disse ela em inglês Pidgin (This Day, 4 de março de 2015). Isso foi posteriormente racionalizado pelo Diretor de Mídia e Publicidade do PDPPCO, Femi Fani-Kayode, que observou que: “Dizer que o general Buhari possui o ‘cérebro morto’ é um eufemismo e sugerir que ele está sofrendo de demência não é nada novo. A primeira-dama falou de maneira corajosa e direta e, o mais importante de tudo, falou a amarga verdade. Em vez de chorar como pequenos pirralhos mimados e queixar-se, a APC e a organização da campanha de Buhari devem viver com essa amarga verdade e deixá-la em paz” (Premium Times, 5 de março de 2015).

Medidas Preventivas Políticas e Legais

Apesar do status ambíguo do discurso de ódio no mundo acadêmico, suas implicações negativas para a sociedade são claras para todos. De acordo com Leets (2002), o discurso de ódio viola a dignidade do indivíduo, resultando em humilhação, angústia e dor psicológica ou emocional. Da mesma forma, Downs e Cowan (2012) mencionaram em seu estudo que o discurso de ódio tem sido uma arma forte que poderia prejudicar os indivíduos, degradando, aterrorizando, ferindo e humilhando-os.

A partir de “comentários” sobre as plataformas de redes sociais para discussões individuais sobre questões étnicas, políticas e religiosas e também declarações provocativas na mídia por líderes políticos, comunitários, étnicos e religiosos, tornou-se claro que o discurso de ódio está se tornando gradualmente uma ameaça à sociedade (Sekyen Dadik 2015). O discurso de ódio não é simplesmente uma preocupação para os profissionais de mídia; isso afeta comunidades inteiras e, portanto, os mecanismos de resposta precisam envolver muitas pessoas. Os líderes desempenham um papel crucial quando implementam discurso de ódio, mas também podem condená-lo quando ocorre, mesmo de fontes não-oficiais. O silêncio em face do discurso de ódio pode indicar que isso - e qualquer violência que promove - é aceitável (The United States Holocaust Memorial Museum 2009, 9).

Assim, os políticos e outras figuras públicas têm uma maior responsabilidade porque têm maiores possibilidades de propagação do preconceito contra determinados grupos. Além disso, o impacto do discurso político também é maior porque os políticos estão em uma posição de autoridade: então o discurso de ódio tem um impacto sobre potenciais ofensores que se sentem encorajados em sua intolerância e preconceito. Em alguns países foi dito que a legislação penal tem uma responsabilidade

adicional se o autor do discurso de ódio ocupar cargos públicos (Tulkens 2013, 9).

Em qualquer nação democrática, o direito à liberdade de expressão deve necessariamente acompanhar as restrições contra a incitação das massas a conclusões violentas. É responsabilidade do Estado garantir a segurança e o bem-estar das massas sobre o direito à expressão de uma única pessoa, ou grupos de pessoas, para esse assunto (Dhakal 2011). Além disso, o perigo de uso indevido do poder do governo para a campanha pode ser limitado se leis e regulamentos estiverem em vigor para regular o papel da mídia nas campanhas eleitorais. Assim, as reformas do quadro jurídico foram defendidas como uma panaceia para a violência relacionada às eleições, que podem ser instigadas pelas atividades dos partidos interessados, incluindo aqueles que se envolvem em campanhas de ódio.

Isso envolve a prestação de assistência na concepção e implementação de quadros legais, de modo a reduzir os mecanismos subjacentes à violência. É crucial desenvolver um quadro legal que tenha amplo apoio entre os partidos concorrentes e os candidatos. Rao, a partir das submissões da USAID (2013), argumenta que os quadros legais mais relevantes para a segurança eleitoral são os de: constituições; acordos de paz; legislação eleitoral; legislação de proteção e igualdade das mulheres; e legislação de propriedade da terra. Cada um desses instrumentos legais pode cruzar-se com a segurança eleitoral.

Uma tentativa notável de garantir a sanidade no processo eleitoral na Nigéria foi iniciada após as eleições de 2007 pelo Presidente Umaru Musa Yar'Adua, que criou um Painel de Reforma Eleitoral, liderado pelo ex-Presidente da Federação Mohammed Uwais. O painel analisou mais tarde o mecanismo eleitoral do país e as formas recomendadas pelas quais as irregularidades eleitorais poderiam ser corrigidas na Nigéria. O relatório final foi recebido pelo governo, embora algumas partes do relatório não tenham sido implementadas (Hassan e Musa 2014, 339).

O direito fundamental à liberdade de expressão, incluindo a liberdade de opinião e de receber e transmitir ideias e informações sem interferências, foi garantido pela Constituição (Seção 39 da Constituição). Além da ética profissional, a lei da difamação protege a reputação de indivíduos e corporações, incluindo políticos e partidos políticos. Uma vez que a liberdade de expressão não é absoluta, qualquer casa de mídia ou repórter que se envolva em publicações difamatórias durante as campanhas eleitorais pode ser processado e, se for considerado responsável, ordenado pelos tribunais que pague em quantias na casa dos milhões (Falana 2015).

Além dos códigos penais, o Ato Eleitoral 2010, conforme alterado,

proibiu as campanhas políticas baseadas em ódio ou incitamento. De acordo com a Lei 95 do inciso 1 do artigo 95.º da Nigéria: “Uma campanha política ou um slogan não deve ser contaminado com linguagem abusiva, direta ou indiretamente suscetível de ferir sentimentos religiosos, étnicos, tribais ou seccionais.” O Artigo 95 (2) afirma que “Uma linguagem abusiva, intemperante, caluniosa ou de base ou insinuações ou insinuações projetadas ou susceptíveis de provocar reações ou emoções violentas não devem ser empregadas ou usadas em campanhas políticas”. Para garantir uma cobertura igual das atividades dos partidos políticos e dos candidatos, o Ato criminalizou algumas publicações em respeito a relatórios políticos.

Conclusão

Em vista da análise anterior, este artigo sugere que os cidadãos e outras partes interessadas devem absorver a cultura dos valores democráticos. No entanto, para que os valores democráticos sejam transmitidos aos membros de uma determinada sociedade, “formalmente ou informalmente, a cultura política dentro de um determinado país deve ser propícia aos ideais democráticos” (Konrad-Adenauer-Stiftung 2011, 11). A necessidade de regular efetivamente o comportamento e as ações dos concorrentes, eleitores, funcionários, etc. em todo o processo eleitoral e enquadrar cuidadosamente regras e regulamentos que abrangem todos os aspectos do processo eleitoral (Electoral Reform Committee 2008, 61). Os políticos devem conduzir sua campanha com base em questões, em vez de atacar personalidades ou mobilizar sentimentos religiosos, étnicos e regionais (Alemika 2011), como testemunhou durante as eleições gerais de 2015.

O discurso contemporâneo da democracia liberal reconhece o lugar de um processo eleitoral livre e justo como um componente crítico de qualquer esforço para estimular um governo democraticamente responsivo e focado no desenvolvimento. Como Ronald Dworkin (1990) postulou: “A verdadeira democracia não é apenas a democracia estatística, em que qualquer coisa que uma maioria ou pluralidade quer é legítima por essa razão, mas a democracia comunitária, na qual a decisão da maioria é legítima somente se for a maioria dos iguais. Isso significa que cada pessoa individual deve ter garantido os direitos civis e políticos fundamentais que nenhuma combinação de outros cidadãos pode tirar, não importa quão numerosos sejam eles ou quanto eles desprezem sua raça, moral ou modo de vida. Essa visão do que a democracia significa é o cerne de todas as cartas dos direitos humanos “.

O espírito de tolerância é particularmente importante durante um período de transição para a democracia, a fim de consolidar os valores e práticas da democracia no momento em que uma nova ordem política está sendo estabelecida. Este espírito é reforçado se a oposição reconhece o direito e a responsabilidade do Governo de assumir a administração; e o Governo reconhece o direito da oposição de criticar a política e a administração do governo, oferecer ideias e políticas alternativas e pressionar por elas (IDEA 2001, 46). Na análise final, no entanto, também é pertinente que várias partes interessadas devem desempenhar as regras do jogo porque o devido cumprimento das estipulações constitucionais e eleitorais é fundamental para a credibilidade das eleições e, a longo prazo, para a consolidação democrática.

REFERÊNCIAS

- ACE Encyclopedia. 2012 Parties and Candidates, The ACE Electoral Knowledge Network, Available at: www.aceproject.org
- Ademilokun, Mohammed and Taiwo, Rotimi 2013 *2011 elections Discursive strategies in newspaper campaign advertisements for Nigeria's*, *Discourse & Communication* 7(4) 435 –455
- Aghadiegwu, Ukwueze and Ogbonna, Uche A. 2015 The Rise of Hate and Peace Journalism in The Nigerian Democratization Process: *The Place of The New Media*, *Communication Panorama African and Global Perspectives*, Volume 1 Number 1 Sept-Oct 2015 Maiden Issue
- Alemika, Etannibi EO 2015 *Post-Election Violence in Nigeria: Emerging Trend and Lessons*, Available at: <http://cleenfoundation.blogspot.com/mt/2011/07/post-election-violence-in-nigeria.html>
- Biegon, Japhet 2009 *Electoral violence and fragility in Africa: Drawing Lessons from Kenya's Experience in the 2007/2008 Postelection Violence*, Paper for Presentation at the Poster Session of the Conference on 'Financial Markets, Adverse Shocks and Coping Strategies in Fragile Countries', Accra, Ghana, 2123 May 2009
- Blunder, G. (ed.) 1983 *Communicating to Voters: Television in The First European Parliamentary Elections*. London: Sage
- Brants, Kees and Voltmer, Katrin 2011 "Introduction" in Brants and Voltmer (eds.) *Political Communication in Postmodern Democracy: Challenging the Primacy of Politics*, New York, Palgrave Macmillan
- Bratton, Michael 2008 Vote Buying and Violence in Nigerian Election Campaigns, *Afrobarometer Working Paper* No. 99

- Centre for Multiparty Democracy - KENYA 2012 *Creating Effective Party-Based Communication: A Guideline for Preparing a Communication Strategy for Political Parties*, Available at:<http://dipd.dk/wp-content/uploads/Creating-Effective-Party-Based-Communication-A-Guideline-for-Preparing-a-Communication-Strategy-for-Political-Parties.-CMD-Kenya-Oct.-2012.pdf>
- Cohen-Amalgor, Raphael 2011 *Fighting Hate and Bigotry on the Internet, Policy and Internet*, Vol. 3(3)
- Collier, Paul, and Pedro C. Vicente 2012, *Violence, Bribery, and Fraud: The Political Economy of Elections in Sub-Saharan Africa*, Public Choice, 153(1-2), pp. 117-147
- Cooke, Jennifer 2015 Nigerians Have Voted, Will Political Leaders Listen? *The Center for Strategic and International Studies*, Available at:<http://csis.org/publication/nigerians-have-voted-will-political-leaders-listen>
- Dadik, Sekyen 2015 Hate Speech in Nigerian Media: Which Way to Go, *Africa Prime News*, March 27
- Daily Times 2015 *NGO Condemns Patience Jonathan's Hate Speech*, March 18
- de Vreese, Claes H and Elenbaas, Matthijs. 2011 "Spin and Political Publicity: Effects on News Coverage and Public Opinion" in Brants and Voltmer (eds.) *Political Communication in Postmodern Democracy: Challenging the Primacy of Politics*, New York, Palgrave Macmillan
- Dhakal, Ankit. 2011 Hate-Speech: Judicial Regulation Over the Right to Freedom of Speech and Expression, *Spotlight News Magazine*, Vol. 05 No. 05 Aug. 19-2011
- Downs D.M. and Cowan, G. 2012 Predicting the Importance of Freedom of Speech and the Perceived Harm of Hate Speech, *Journal of applied Social Psychology*, 42, 6, pp. 1353-1375
- Dworkin, Ronald 1990. *A bill of Rights for Britain*, London, Chatto and Windus
- Falana, Femi. 2015. *Legal and Ethical Issues in Reporting 2015 Elections*, This Day, February 4
- Farrell, David and Webb, Paul 1998. *Political Parties as Campaign Organizations*, Paper was presented to the project meeting on "Unthinkable Democracy," directed by Russell Dalton and Martin Wattenberg and held under the auspices of the University of California's Centre for the Study of Democracy, March 13-14, 1998
- Frau, N. A. 2008. The Cameroon Electoral System, Processes and Outcomes through the Prism of the Performance of the Government and Op-

- position Parties, CODESRIA Small Grants Programme for Thesis Writing 2008, Maîtrise Political Science University of Yaoundé 11
- Gagliadone, Iginio, Patel, Alisha and Pohjonen, Matti 2014. *Mapping and Analysing Hate Speech Online: Opportunities and Challenges for Ethiopia*, Available at: <http://pcmlp.socleg.ox.ac.uk/wp-content/uploads/2014/12/Ethiopia-hate-speech.pdf>
- Hassan, Idayat 2014. Nigeria Forum: *Why are the Stakes so High for the 2015 Elections?* Available at: <http://africanarguments.org/2014/12/16/nigeria-forum-why-are-the-stakes-so-high-for-the-2015-elections-by-idayat-hassan/>
- Hassan, N. A. and Musa, A. 2014. *Ecology and Dynamism of Nigerian Government and Politics*, Kaduna: Pyla-mac Services
- Hirsch, Susan F (n.d) “Putting Hate Speech in Context: Observations on Speech, Power, and Violence in Kenya” Paper prepared for the Holocaust Memorial Museum conference on Speech, Power, and Violence and available at <http://www.ushmm.org/genocide/spv/>.
- Hofmeister, Wilhelm and Grabow, Karsten 2011. *Political Parties Functions and Organisation in Democratic Societies*, Singapore, Konrad Adenauer Stiftung
- Howard, Ross 2005. *Media and Elections: An Elections Reporting Handbook*, Vancouver: IMPACS
- Ibrahim, Jibrin and Aturu, Bamidele 2009. “Rigging and Electoral Fraud in Nigeria: State of the Art” in Ibrahim and Ibeanu (eds.) *Direct Capture the 2007 Nigerian Elections and Subversion of Popular Sovereignty*, Centre for Democracy and Development
- International Crisis Group 2014. *Nigeria’s Dangerous 2015 Elections: Limiting the Violence Africa Report N°220* | 21 November 2014
- International IDEA 2001. *Democracy in Nigeria: Continuing Dialogue(s) for Nation-building*, International Institute for Democracy and Electoral Assistance
- International IDEA 2007. *Political Parties in Africa: Challenges for Sustained Multiparty Democracy*, International Institute for Democracy and Electoral Assistance
- Joseph, Richard 1987. *Democracy and Prebendal Politics in Nigeria: The Rise and Fall of the Second Republic*, Cambridge, Cambridge University Press
- Just, Marion R. et al 1996. *West, Crosstalk: Citizens, Candidates, and the Media in a Presidential Campaign*, Chicago: University of Chicago Press
- Kambudzi A. 2008. ‘Turning elections into a development asset in Africa’

ISS Paper 163

- Karvonen, Laur 1991. *The Study of Election Campaigns: An Introduction, Scandinavian Political Studies*, Vol. 14 - No. 3, 1991, Nordic Political Science Association
- Kavanagh, Deis 2000. "Campaigning", in: Rose, Richard (Ed.): *International Encyclopaedia of Elections*, London: Macmillan, 29-31
- Knox, C. 1990. 'Election Campaigning - A Case Study of the 1989 N. Ireland Local
- Government Elections 1990. *Paper Prepared for the ECPR Joint Sessions*, Bochum, Germany, 2-8
- Kukah H 2015. *Hate Speech, Social Media and The 2015 Election*, Available at: pointblanknews.com/pbn/.../hate-speech-social-media-2015-election/
- Leets, L. 2002. Experiencing Hate Speech: Perceptions and Responses to Anti Semitism and Antigay Speech, *Journal of Social Issues*, Vol. 58, No. 2, 341- 361
- James Lo, Sven-Oliver Proksch and Jonathan B. Slapin (2014) Ideological Clarity in Multiparty Competition: A New Measure and Test Using Election Manifestos. *British Journal of Political Science*, Available on CJO 2014 doi:10.1017/S0007123414000192
- Muturi, J.B 2012. "Foreword" in *Creating Effective Party-Based Communication: A Guideline for Preparing a Communication Strategy for Political Parties*, Available at: <http://dipd.dk/wp-content/uploads/Creating-Effective-Party-Based-Communication-A-Guideline-for-Preparing-a-Communication-Strategy-for-Political-Parties.-CMD-Kenya-Oct.-2012.pdf>
- Nancy, Jean-Luc 2013. "Hatred, a Solidification of Meaning", Available at: https://www.coe.int/t/dghl/standardsetting/media/Belgrade2013/JL%20Nancy,%20Hatred%20a%20Solidification%20of%20Meaning_en.pdf
- NDI 2001. Political Parties and The Transition to Democracy: A Primer in Democratic Party-Building for Leaders, Organizers and Activists, *The National Democratic Institute for International Affairs* (NDI) September 2001
- NDI 2015. *Statement of the National Democratic Institute's International Observer Mission to Nigeria's March 28 Presidential and Legislative Elections*, March 30
- Norris P, Curtice J, Sanders D, Scammell M and Semetko HA 1999. *On Message: Communicating the Campaign*, London: Sage

- Norris, Pippa 2000. *A Virtuous Circle. Political Communications in Postindustrial Societies*. New York: Cambridge University Press
- Norris, Pippa 2005. Political Parties and Democracy in Theoretical and Practical Perspectives Developments in Party Communications, *National Democratic Institute for International Affairs (NDI)*, <http://www.ndi.org/>
- Okereke, C. Nna-Emeka 2012. *Anatomy of Elections and National Security in Nigeria*, Available at: <http://www.internationalpeaceandconflict.org/profiles/blogs/elections-and-security#.Vo8hOhUrLIU>
- Olurode, 'Lai 2014. "Understanding a 'Power Broker': The Road Transport Workers Unions in the Context of Election Security" in Olurode, 'Lai (ed) *Election Security: Stakeholders' Perspectives*, Published by Independent National Electoral Commission (INEC) and Friedrich-Ebert-Stiftung (FES), Nigeria
- Omilusi, Mike 2015. *Deconstructing the Philosophical and Socio-Political Underpinnings of Electoral Behaviour in Ekiti State*, Nigeria, A paper presented at a Two-Day National Conference on "The 2015 General Elections in Nigeria: The Real Issues", Organised by The Electoral Institute, Abuja, Nigeria, July 27-28, 2015
- Omoh, Gabriel 2013. *Nigeria's Politics of Zero-Sum Game*, Vanguard, July 29
- Omotola, Shola and Nyuykonge, Charles 2015. Nigeria's 2015 general elections: Challenges and opportunities, Policy & Practice Brief, ACCORD, March 2015
- Osun Defender 2015. 'Valentine' elections and Drums of war, Like the Asari Dokubos of the world threatening..." January 29
- Peoples Daily 2015. *March Polls: Propaganda, Hate Speeches but Where are the Issues?* March 9
- Pfau, Michael and Kenski, Henry C. 1990. *Attack Politics*, New York: Praeger
- Premium Times 2013. There will be Bloodshed if Jonathan Loses in 2015, says Asari-Dokubo, September 9
- Premium Times 2015. Patience Jonathan is right; Buhari is brain-dead — Jonathan campaign, March 5
- Premium Times 2015. PDP Crisis: Party blames "hate campaign" for Jonathan's defeat; opens up on campaign funding, May 4
- Premium Times 2015. Why we published Ayo Fayose's 'death' advert on Buhari – The Sun, May 8
- Rao, Sumedh 2014. Dealing with Election-Related Violence in Fragile and Conflict-Affected States, *GSDRC Helpdesk Research Report 1126*. Birmingham, UK: GSDRC, University of Birmingham. <http://>

www.gsdr.org/go/display&type=Helpdesk&id=1126

- RealNews Magazine 2015. Worries over Hate Campaigns, March 30
- Report of The Electoral Reform Committee 2008. Volume 11 Main Report, Available at: <http://eie.ng/wp-content/uploads/2014/03/Justice-MohammedUwaisReport.pdf>
- Römmele, Andrea 2003. "Political Parties, Party Communication and New Information and Communication Technologies," *Party Politics*, 9 (January 2003), 7-20
- Russmann, Uta 2012. "Going Negative & Going Positive: Political Parties' Communication Strategies in Election Posters, Campaign Advertisement and Press Releases during the 2008 Austrian National Election Campaign", Paper prepared for presentation at the 22nd IPSA World Congress of Political Science, Madrid, 8-12 July 2012
- Sartori, Giovanni 1976. *Parties and Party Systems: A Framework for Analysis*, New York and Cambridge: Cambridge University Press
- Semetko, Holli A. 2010. Election Campaigns, Partisan Balance, and the News Media, in Pippa Norris (ed.) *Public Sentinel: News Media & Governance Reform*, The International Bank for Reconstruction and Development / The World Bank, Available at: <http://siteresources.worldbank.org/EXTGOVACC/Resources/PublicSentineleBook.pdf>
- Shale, V. 2010. *Regional Perspective on the Role of Non-State Actors in Development Policy Agenda*. Maseru: TRC
- The City Reporters 2015: "PDP will not respond to Bakare, Mbaka" – Metuh, January 5
- The Nation 2014. PDP's Janjaweed Comment, March 14
- The United States Holocaust Memorial Museum 2009. "Hate Speech and Group Targeted Violence: The Role of Speech in Violent Conflicts," Available at: http://www.overcominghateportal.org/uploads/5/4/1/5/5415260/hate_speech_and_targeted_violence.pdf
- This Day 2014. APC to PDP: Stop Blackmailing us with Religion, March 10
- This Day 2015. "APC Ups the ante, insist on parallel government if election is rigged", Newspaper, January, 5
- This Day 2015. Buhari's Brain is Dead, Says Patience Jonathan, March 4
- This Day 2015. Minimising Electoral Violence, Enhancing National Development (Nigeria), February 12
- This Day 2015. PDP Blames Jonathan's Defeat on Hate Campaign, May 5
- Thisday 2014. "Akpabio's Ungubernatorial Demeanour", 25 July 2014
- Titley, Gavan 2014. "Hate speech Online: considerations for the proposed

- campaign”, in Titley, Gavan et al (eds.) *Starting Points for Combatting Hate Speech Online: Three Studies About Online Hate Speech and Ways to Address it*, Council of Europe, October 2014
- Tsav, Abubakar 2015. “Tsav Blames Patience Jonathan, Fani-Kayode, Fayose for PDP’s Defeat”, *Daily Post*, March 6
- Tulkens, Françoise 2013. “The Hate Factor in Political Speech – Where Do Responsibilities Lie?” *Report of the Council of Europe Conference*, Warsaw, 18-19 September
- Udogu, Ike E. 1995. The Military, Civil Society and the Issue of Democratic Governance Toward Nigeria’s Fourth Republic, *Journal of Developing Societies*, Vol. XI, 2
- Ukah, Asonzeh 2015. “What about Religion” in *Nigeria: What Is To Be Done?* Available at:<https://africaisacountry.atavist.com/nigeriawhatistobedone>
- NigerianEye 2014. “Buhari is a Religious Bigot and a Non-issue” - Doyin Okupe, December 17
- Premium Times 2015. APC Campaign Expresses Worries over Alleged Plans to Scuttle Buhari’s Victory, January 17
- The Sun 2015. Buhari wants NTA, AIT Sanctioned Over Alleged Hate Campaign, February 2
- Vanguard 2014. APC has Janjaweed Ideology Against the Nation – PDP, May 27
- Vanguard 2015. Alleged Hate message: Buhari Takes Patience Jonathan to ICC, March 9
- Vanguard 2015. Death Wish Advert: NHRC to Sanction Fayose, January 22

RESUMO

Até alguns meses para as eleições gerais de 2015, muitos partidos políticos que hibernaram convenientemente por uma boa parte da sua existência, talvez devido à falta de estrutura organizacional adequada ou base de apoio, programas descoordenados ou por terem sido registrados por ganhos pecuniários, de repente começaram a aparecer no espaço político. O principal partido da oposição e o partido no poder estavam ou aperfeiçoando processos de fusão ou envolvidos em discussões internas, de modo que a comunicação com o eleitorado em questões fundamentais tornou-se inconsequente. Na verdade, os dois partidos dominantes, o Partido Popular Democrata e o Congresso Progressista Geral apenas lançaram seus candidatos presidenciais menos de cinco meses para as eleições; e a campanha eleitoral assumiu a contestação desesperada em um clima de preconceito e intolerância. Os discursos de ódio e a violência foram as características de suas campanhas eleitorais. As eleições gerais de 2015, portanto, oferecem um contexto único para interrogar o lugar da comunicação política do partido em uma democracia emergente e, especificamente, como as campanhas de ódio entre os gladiadores políticos/partidos conflitantes poderiam gerar violência e, se não domesticadas, descarrilar a consolidação democrática. Este artigo afirma que o discurso de ódio não é apenas inspirado por algumas circunstâncias sociais, mas também parte de um processo democrático geral. Isso atesta o fato de que os políticos nigerianos se tornaram mais desesperados e ousados em tomar e manter o poder político; e mais intolerantes à oposição, críticas e esforços para substituí-los. Baseando-se amplamente em fontes secundárias com a ajuda de ferramentas descritivas e narrativas, este ensaio conclui que a cultura política de um país determina o comportamento e a atitude da população em relação ao sistema político, e que a transição democrática de uma administração para outra, particularmente em democracias emergentes, muitas vezes foi acompanhada de violência promovida pelos desejos do partido político no poder para consolidar seus apelos ao poder e pelo interesse dos interessados em capturar o mesmo.

PALAVRAS-CHAVE

Comunicação Política; Discurso de Ódio; Partido Político; Eleições; Campanha.

*Recebido em 9 de novembro de 2017.
Aprovado em 11 de dezembro de 2017.*

Traduzido por Rodrigo dos Santos Cassel